

HENRIQUE KATZENBERG: INCIDENTES ENVOLVENDO UM IMIGRANTE ALEMÃO DURANTE O ESTADO NOVO

HENRIQUE KATZENBERG: INCIDENTS INVOLVING A GERMAN IMMIGRANT DURING THE “ESTADO NOVO”

Fernanda Gälzer*

Roswithia Weber**

Resumo: Este artigo analisa a situação de um imigrante alemão, residente no município de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, no contexto de nacionalização. Utiliza-se, como objeto de pesquisa, correspondências recebidas pela prefeitura de São Leopoldo, no período de 1941 a 1943, relacionadas ao imigrante Henrique Katzenberg. As mesmas são analisadas tendo em vista o contexto local, nacional com base em autores que abordam o Estado Novo e a Campanha de Nacionalização. Analisar correspondências e relacioná-las com o período em que estão inseridas é uma forma de valorizar o sujeito no processo histórico. O estudo permite compreender a influência da Campanha de Nacionalização, durante o Estado Novo, no cotidiano da população, de imigrantes e de descendentes alemães, na localidade pesquisada.

Palavras-chave: Estado Novo; Campanha de Nacionalização; Imigração alemã; Rio Grande do Sul; São Leopoldo.

Abstract: This paper analyzes the situation of a German immigrant, resident in the municipality of São Leopoldo, Rio Grande do Sul, in the context of nationalization. We used as research object the correspondence received by the prefecture of São Leopoldo, from 1941 to 1943, related to the immigrant Henrique Katzenberg. These are analyzed in view of the local, national context based on authors who approached the New State (Estado Novo) and the Nationalization Campaign. Analyzing the correspondence and relating it to the period in which it is inserted is a way to put a value on the subject in the historical process. The study allows us to understand the influence of the Nationalization Campaign during the New State “Estado Novo”, in the daily life of the population, of German immigrants and descendants, in the researched locality.

Keywords: Estado Novo; Nationalization Campaign; German immigration; Rio Grande do Sul; São Leopoldo.

Considerações iniciais

Durante o período do Estado Novo, que durou de 1937 a 1945, e, principalmente, após 1942, imigrantes e seus descendentes tiveram restrições devido a políticas governamentais que

* Graduada em História – Mestranda - Programa de Pós-graduação em Processos e Manifestações Culturais – Universidade Feevale. Novo Hamburgo, RS – Brasil. Bolsista PROSUP/CAPES. E-mail: fernanda.galzer@gmail.com.

** Doutora em História - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora do Mestrado Profissional em Letras e dos Cursos de História - Universidade Feevale, Novo Hamburgo, RS – Brasil. E-mail: roswithia@feevale.br.

visavam à nacionalização e ao abasileiramento da população e das instituições vinculadas a etnias estrangeiras. Tendo em vista essas circunstâncias, o artigo busca analisar e compreender esse período, a partir de correspondências que se referem a um morador de São Leopoldo/RS, município onde se estabeleceram os primeiros imigrantes alemães, a partir de 25 de julho de 1824, no Rio Grande do Sul.

Utilizam-se três cartas que versam sobre Henrique Katzenberg, um imigrante alemão que residia em Campo Bom, na época, segundo distrito de São Leopoldo. Essas cartas encontram-se no Museu Histórico Visconde de São Leopoldo e integram o acervo de correspondências expedidas e recebidas pela administração municipal. A primeira carta é assinada por Henrique Katzenberg, a segunda é do seu advogado e a terceira correspondência é a resposta do Prefeito de São Leopoldo ao advogado. Essas correspondências são confrontadas com uma análise bibliográfica sobre o período do Estado Novo e da Segunda Guerra Mundial e com os periódicos locais, visando a analisar a situação dos imigrantes alemães na cidade, nessa época, a partir do caso do morador. Assim, esse texto traz os resultados parciais da pesquisa realizada a partir das tais correspondências.

Considera-se que o uso das cartas como objeto da História é importante, pois elas “expressam dimensões culturais do sujeito” e permitem a “compreensão do eu, da identidade do sujeito, também de uma dada sociedade na qual o indivíduo se movimenta” (MALATIAN, 2009. p. 200). A utilização de correspondências para pesquisa deve observar, entre outros fatores, a quem a carta está se destinando, e isso constrói a relação entre o autor e o destinatário, porque “elas são produzidas tendo, *a priori*, um destinatário [...] com quem vai estabelecer relações” (GOMES, 2004, p. 19). Ainda, ao trabalhar com correspondências, uma série de critérios deve ser observada, além, é claro, do olhar crítico e do reconhecimento da veracidade do conteúdo como ocorre com qualquer outra fonte. Deve-se “conhecer o contexto e, sobretudo, unir as duas pontas da correspondência – a passiva e a ativa – entre dois indivíduos as quais permitem a construção de um quadro analítico rico” (MALATIAN, 2009. p. 204). Dessa forma, além de analisar as correspondências enviadas à Prefeitura de São Leopoldo, sobre esse caso em específico, procura-se analisar, também, as mensagens de resposta quando possível. A seguir, no presente artigo, expõe-se o contexto do Estado Novo e sua política de nacionalização, bem como os personagens mencionados nas correspondências para melhor compreender o cenário apresentado.

As dificuldades de Katzenberg no contexto do Estado Novo

Permita-me Snr. Prefeito levar ao conhecimento da V. S. o seguinte caso, apesar-de ser contra minha vontade queixar-me de autoridades, mas no meu caso não posso mais achar outro meio senão o de levar ao conhecimento de V. S. o que se dá comigo. Eis o assunto:¹

Em 1941, Henrique Katzenberg² dirigiu uma carta ao prefeito de São Leopoldo, conforme trecho acima, em que relatou a difícil situação que estava vivenciando, principalmente pelo fato de falar apenas o idioma alemão. Nessa correspondência, ele enviou sua demanda à autoridade máxima dentro do município, o prefeito, para que solucionasse o seu caso. Na carta, Katzenberg expôs a condição em que se encontrava, na qual indivíduos estavam perseguindo-o e, ao procurar ajuda do subprefeito, essa lhe foi negada, conforme seu relato.

Essa correspondência e as outras duas, datadas de 1943, que serão analisadas, estão inseridas no Estado Novo, período que vigorava no Brasil. O Estado Novo, começou em 1937 e se estendeu até 1945, iniciou com um golpe de estado que implementou um regime ditatorial, tendo, como chefe de estado, Getúlio Vargas. Além da centralização do poder, caracterizou-se por buscar, entre outras coisas, a construção de um estado moderno e o fortalecimento de identidade nacional (PANDOLFI, 1999). Relacionado à consolidação de uma identidade nacional, a Campanha de Nacionalização compreendeu uma série de medidas criadas com a finalidade de integrar as populações de imigrantes e as descendentes à sociedade brasileira. Essa situação é perceptível nas três correspondências enfocadas.

Katzenberg diferencia-se dos primeiros imigrantes alemães que chegaram no Brasil no século XIX, pois esses, em sua maioria, eram direcionados à labuta no campo. Igualmente, ele não retratava o imigrante desejável da década de 1940³, pois vivia em uma área urbana e era empresário. Residia em um município com aspectos culturais germânicos.

Inicialmente, as políticas imigratórias aproveitaram-se dos imigrantes, pois eram recursos para sanar as questões de mão de obra, já que substituíam o trabalho escravo, e para habitar as regiões com pouco ou nenhuma população. Para tanto, buscou-se, na Europa, o contingente indispensável para as políticas de imigração. Mas, apesar de serem considerados “mais eficientes e racialmente superiores”, eram apontados como “irredutíveis aos processos de assimilação e miscigenação” (SEYFERTH, 2000, p. 81-82), no ponto de vista mais radical do nacionalismo. Dessa forma, esses imigrantes assumiram uma situação desfavorável ao construírem “identidades coletivas, ancoradas em critérios de pertencimento étnico/nacional”, sendo que, no nacionalismo brasileiro, não eram aceitáveis “quaisquer formas de pluralismo (inclusive cultural) no interior do Estado-nação” (SEYFERTH, 2000, p. 81).

O abasileiramento das populações vinculadas à imigração passou a ser visto como uma necessidade, principalmente, em momentos de conflitos. Durante a Primeira República (1889-1930), houve intervenção formal do Estado em instituições étnicas, mas, apenas durante a Primeira Guerra Mundial, no período de 1917 a 1919, medidas restritivas na imprensa e nas escolas de administração das comunidades alemãs atingiram a população teuto-brasileira. Entre as medidas, mas não ultrapassando o campo educacional, estavam o ensino bilíngue e as disciplinas de Língua Portuguesa, de Educação Cívica, de História e de Geografia do Brasil. Houve pouca intervenção, mesmo com muitos nacionalistas acreditando em um “risco de secessão” no caso de serem mantidas as culturas e a colonização com imigrantes (SEYFERTH, 1999).

A partir de 1933, inicia-se, através de incentivos federais aos estados, uma “nacionalização do ensino”, o que foi o ponto de partida da Campanha de Nacionalização (SEYFERTH, 1999). Mas, durante o Estado Novo, essa campanha torna-se mais efetiva.

A não assimilação da brasilidade era vista como um “perigo”, que “veio a exigir do poder público medidas enérgicas, não só no domínio da organização e da educação, mas até no terreno da repressão policial” (SCHWARTZMAN, 1983, p.109), o que acarretou em uma nova legislação imigratória durante o Estado Novo. Assim, tornou-se questão de segurança nacional, a incorporação na sociedade e a assimilação de uma identidade brasileira, por parte dos imigrantes e seus descendentes (SEYFERTH, 1999). Gertz (2005) também afirma que a nacionalização se manifesta em duas frentes: no ensino e na ação policial. Sendo que a primeira se desenvolveu de forma mais generalizada desde o início do Estado Novo. A ação repressiva, inicialmente, ocorria contra pessoas ligadas ao nazismo e ao integralismo, só se disseminando para tudo que tivesse ligação com o Eixo a partir de 1942 (GERTZ, 1991). Entre as ações no campo educacional, houve a obrigação do ensino em português e “a proibição do uso de línguas estrangeiras”, em outras áreas, “a proibição dos cultos e da imprensa em língua alemã, a mudança dos nomes de localidades e de acidentes geográficos” e, no campo policial, a repressão a indivíduos, “a destruição de patrimônio cultural e a perseguição policial pura” (GERTZ, 2005, p. 146). Além disso, o autor aponta que houve o confisco de documentos religiosos, como livros de batizados, de casamentos e de óbitos, a invasão de casas e de túmulos e avarias em placas e em monumentos com inscrições em outro idioma. Também ocorreram “perseguições e torturas físicas e psíquicas por parte da polícia” e, inclusive, havia “locais de confinamento para ‘súditos do Eixo’” (GERTZ, 2015, p. 22).

As descrições, presentes nas cartas que são objeto deste estudo, permitem perceber algumas dessas ações. Na correspondência de Katzenberg ao prefeito, ele cita que há uma

inimizade com o subprefeito que, aparentemente, não auxiliava o imigrante, e que não podia usufruir de seus direitos:

Embora eu tenha procurado, manter-me calmo o que muitas vezes tem sido difícil, continuam a me prejudicar várias pessoas, e quando eu procuro o amparo da autoridade local que é o sub-Prefeito e sub-Delegado, este, longe de atender os meus pedidos, ameaça-me e me diz que procure a Justiça, mas, quando algum diz algo contra mim, ele me ameaça e atende aos outros, sem dar ouvidos a minhas ponderações (KATZENBERG, 1941).

O que chama a atenção, além da atitude da autoridade distrital, é a perseguição da população. A ação das pessoas contra Katzenberg incomodava-o. Tanto a comunidade vizinha e as pessoas de outros locais atuavam perseguindo-o, e a falta de solução por parte do subprefeito levou o imigrante a buscar a autoridade, o prefeito, como recurso para sua situação.

No decorrer do Estado Novo, diversas leis foram criadas para dar respaldo à nacionalização, e três decretos, nesse sentido, podem ser citados. O primeiro, decreto-lei nº 383, de 18 de abril de 1938, proíbe qualquer estrangeiro de exercer atividade política, a criação e a manutenção de instituições de caráter político, vinculadas ao partido estrangeiro e a comemoração de datas festivas que tenham ligação com outra pátria. O segundo, decreto-lei nº 406, de 4 de maio de 1938, proíbe a entrada no país de estrangeiros que apresentem características consideradas indesejadas, determina sobre a forma de criação de núcleos, de centros ou de colônias, cria o Conselho de Imigração e Colonização e sanciona o registro obrigatório de estrangeiro junto à autoridade policial. O terceiro, decreto-lei nº 1.545, de 25 de agosto de 1939, torna obrigatório o ensino em português e, entre outros artigos, proíbe o uso de língua estrangeira.

O decreto-lei que veta a utilização do alemão foi o que mais afetou Katzenberg, inclusive, levando-o, mais tarde, à prisão por estar falando alemão⁴. No trecho a seguir, retirado da carta que Katzenberg enviou ao prefeito de São Leopoldo, em 1941, fica evidente a importância dada ao idioma no período:

[...] e eu disse que se soubesse falar o idioma do País, sabia defender-me, com o que eu queria dizer que sabia dizer o era necessário em minha defesa, pois em outro idioma não se pode falar perante autoridade o que é muito justo e natural [...] (KATZENBERG, 1941).

A difícil situação desse imigrante é demarcada, principalmente, devido ao idioma, pois não sabia falar português. Diante da autoridade, o imigrante considerou como “justo e natural”, a proibição de falar alemão, entretanto, isso afetava diretamente seu cotidiano, o que lhe prejudicava na comunicação, até mesmo ao buscar por seus direitos. Katzenberg, que era estrangeiro e falava apenas alemão, fazia referências às hostilidades por ele enfrentadas. Citou

fatos, como a interrupção no fornecimento de água, a colocação de animais em sua propriedade e o desmantelamento de seu cultivo, conforme trecho descrito na correspondência:

Desde muito tempo que venho sendo perseguido por diversas pessoas, tanto da vizinhança de minha casa como de outras mais distantes. [...] cortaram-me a água. [...] Quando, podem, punham animais dentro de minha propriedade [...] Plantei umas tantas mudas de aipim. Um cidadão foi arranca-lo sem mais nem menos. Ele obteve razão ao passo que eu não fui ouvido no que queria dizer em defesa dos meus direitos (KATZENBERG, 1941).

Mais adiante:

[...] fui acusado, não sei por quem de haver ofendido o país e por isso fui até conduzido à Chefatura de Polícia em Porto Alegre (KATZENBERG, 1941).

A acusação de ofensa refere-se ao uso do alemão. É visível a importância dada ao idioma, declarada por Katzenberg, que afirma não falar português e reconhece não poder expressar-se em outro idioma, devido ao decreto-lei que proibia o uso de língua estrangeira, conforme reiterado previamente. Ele também reconhece a importância de saber falar português para poder se defender. A medida tomada pelo governo para que toda população usasse o português fica perceptível. No âmbito da Campanha de Nacionalização, segundo pesquisadores da década de 1940, como Lourival Câmara e Emílio Willems, a língua era um fator importante a ser considerado para que ocorresse um “abrasileiramento sociocultural”. Dessa maneira, o português deveria ser imposto, pois seria essencial para a “integração dos imigrantes à nova pátria” (SEYFERTH, 1999, p. 218). Katzenberg manifestava que falava alemão, mas reforçava que a proibição era incontestável. Esse posicionamento dele ocorreu ao comunicar-se com uma autoridade política, não sendo possível confirmar se realmente aceitava tal situação de bom grado já que somente falava o idioma alemão.

Inclusive, em decorrência da legislação, muitas escolas étnicas que não lecionavam em português foram fechadas. A preocupação com o ensino se insere pelo fato de que a assimilação da identidade brasileira ocorreria através das crianças, já com a população adulta, seria “através de solenidades públicas de exaltação aos símbolos e heróis nacionais” (SEYFERTH, 1999, p. 220). Entre as medidas exigidas na legislação⁵ para a questão educacional, estão o ensino e uso do português, a inclusão de disciplinas, como o ensino de História e Geografia do Brasil, Educação Moral e Cívica e Educação Física. Conforme Seyferth (1999) o contexto foi caracterizado pela proibição de escolas administradas por estrangeiros e a determinação de contar com professores preparados de acordo com a legislação e incentivo do patriotismo através de comemorações e símbolos nacionais. Neste cenário, a difusão da nacionalidade não estava restrita somente às instituições escolares, pois havia propagandas em diversos locais, o incentivo a eventos envolvendo o sentimento de patriotismo, como palestras e exposições, e a

realização de serviço militar obrigatório afastado da comunidade étnica, e, dessa maneira, afetavam diferentes etnias (SEYFERTH, 1999).

As duas autoridades envolvidas: prefeito e subprefeito

Para melhor compreender a situação, há duas autoridades municipais envolvidas nas correspondências, o prefeito, Theodomiro Porto da Fonseca, o qual recebe a manifestação do imigrante, e o subprefeito, Pedro Corrêa, que se relacionava de forma mais próximo do cotidiano do imigrante Katzenberg.

Theodomiro Porto ficou, de 1928 a 1944, à frente da administração municipal. Em dezembro de 1930, foi nomeado interventor municipal pelo governo estadual. Em 1935, foi eleito e ficou até 1944 no cargo.

O administrador, praticamente desde 1924, acompanhou os festejos da imigração alemã, também encomendou o livro *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul* ao escritor Aurélio Porto, quando houve as comemorações de 110 anos da imigração alemã. Posteriormente, passou a ter uma postura de distanciamento de situações de enaltecimento dos imigrantes alemães. No entanto, sua atuação nos festejos parece não ter soado como contraditória, pois ocupou a vice-presidência da Liga de Defesa Nacional, em São Leopoldo, quando fundada em 1917⁶. Embora sendo um integrante da Liga, não deixou de participar das atividades festivas relacionadas aos imigrantes alemães. Mas, a partir de 1937, no contexto do Estado Novo, os ares daquele momento não eram dos mais propícios a comemorações relacionadas ao 25 de julho, o que contribuiu para o afastamento. Em 1938, Theodomiro não esteve na cidade durante as comemorações do 25 de Julho, em que se fez alusão à chegada dos primeiros imigrantes no município, pois, no dia 17 de julho, partiu em viagem ao Rio de Janeiro, gozando de uma licença para tratamento de saúde de um familiar⁷.

Na tarefa de nacionalização, a postura de Theodomiro Porto foi, desde então, elogiada. Na ocasião da inauguração do retrato de Theodomiro Porto, no salão nobre da Prefeitura, Carlos Morais, em nome dos funcionários, enfatizou elogiosamente aquela postura. O mesmo fez João Baptista de Mello, exator federal da cidade:

Em momentos bem difíceis como este não tem faltado olhares e mãos nocivas que quisessem se apropriar das nossas fontes de riquezas de colaboração com elementos que nenhum amor dedicam à pátria. Também não tem faltado quem tenha procurado desagregar a nossa situação política e econômica. Pois a tudo isso o critério inflexível do eminente homenageado vem reprimindo com energia. Recusa tudo quanto for contra os vitais interesses desta terra que tanto idolatra.⁸

Assim, demonstra-se a convicção do prefeito a favor da nacionalização. O distanciamento em relação à comunidade alemã também pode ser averiguado por ocasião da Segunda Guerra Mundial. Em 1942, ano do auge da influência do conflito, devido aos ataques a navios brasileiros, Theodomiro devolveu ao governo alemão a condecoração que recebera da Cruz Vermelha de Berlim, atribuída à “Exposição em homenagem ao trabalho alemão no Rio Grande do Sul”, de 1934 (WEBER, 2004).

Antes mesmo do cenário de envolvimento com a guerra, Katzenberg envia uma correspondência ao prefeito de São Leopoldo, em 29 de setembro de 1941. Nela relata sobre o seu caso, diz que sofria hostilidades de populares e reclamava que o subprefeito do distrito não tomava nenhuma atitude, apenas indicava que fosse procurar a justiça. O relato se dá antes do acirramento da situação de perseguição aos súditos do Eixo, como eram chamados os imigrantes de origem dos três países formadores da aliança (Alemanha, Itália e Japão).

Essa carta é protocolada pela Prefeitura de São Leopoldo, em 10 de dezembro de 1941, dois meses e dez dias após o recebimento, porém, não foi localizada a resposta ao remetente, Katzenberg. Se comparada às demais cartas do acervo, essa demora em protocolar o documento mostra-se muito superior, pois com todas, isso acontece dias após o recebimento. Esse fato pode demonstrar um cuidado para não ocorrer uma aproximação das autoridades municipais com um imigrante, ou um descaso com o habitante pelo fato de ser imigrante. Ou, como não foi localizada a carta de resposta, pode apenas ter ocorrido o extravio da correspondência de retorno. Ainda, ao considerar, conforme Teresa Malatian (2009, p. 202), que “cartas escritas por pessoas com inserção pública destacada são produzidas e conservadas com conhecimento de sua importância enquanto fontes biográficas”. A historiadora completa que pode ocorrer uma triagem nos documentos, a fim de preservar ou de descartar o que “não deve ser divulgado e no armazenamento do que será intencionalmente conversado para olhares futuros”. Assim, fica o questionamento sobre a carta de Katzenberg. Ela pode ter sido respondida, já que foi protocolada e preservada, pode ter ocorrido o descarte da resposta, ou foi respondida sem cópia para armazenamento interno da prefeitura, para não ter uma prova de auxílio a um imigrante.

As duas cartas, uma do próprio Katzenberg, datada de 1941, e outra do seu advogado, essa de 1943, sobre a situação de Katzenberg, foram enviadas ao prefeito Theodomiro. Em ambas, há a solicitação para que o mesmo intervenha na situação, devido à posição de autoridade em que se encontrava.

O subprefeito Pedro Corrêa no distrito de Campo Bom

O distrito de Campo Bom esteve sob administração do município de São Leopoldo até em 1959, ano de sua emancipação. Entre os anos de 1938 a 1944, Pedro Corrêa da Silva atuava como subprefeito e desempenhava a função de subdelegado. De acordo com Guido Lang, ele “procurava evitar perseguições à comunidade teuto-rio-grandense” (1996a, p. 143). Há relatos de moradores sobre a atuação do subprefeito, informando que, no período da nacionalização, o trabalho dele foi importante, pois era “um grande conciliador [...] evitou maiores perseguições policiais à descendência teuto-brasileira” (LANG, 1996b, p.109). Inclusive, não ocorrendo situações extremas de ação policial devido à ação dessa autoridade distrital (LANG, 1996). Apesar disso, ao analisar as cartas, verifica-se que, ao menos, uma situação com o morador Katzenberg ocorreu no distrito, em consequência da nacionalização.

Conforme Lang (1996b, p.111), o subprefeito, sob orientação do prefeito Cel. Theodomiro Porto da Fonseca, procurou evitar “choques culturais” com os cidadãos de descendência alemã, “que pudessem revelar-se nas destruições de inscrições, confisco dos registros pastorais (da comunidade evangélica), prisões arbitrárias”, esse último ponto, alusivo à população que falava o alemão. O autor indica que “procurou-se, com uma maior compreensão e tolerância, implantar as medidas de legislação vigente” (LANG, 1996b, p. 111), em referência à Campanha de Nacionalização. Entretanto, nesse período, a população que possuía forte ligação com a cultura alemã teve danos devido à colonização do distrito de Campo Bom e à preservação do idioma de imigração por parte de muitos moradores.

A utilização da língua estava presente no ensino, pois, na Escola Comunitária Teuto-Brasileira (atual Escola Evangélica Tiradentes), as aulas eram ministradas em alemão, como também nas inscrições em túmulos, nos registros religiosos e nas publicações, todos eram escritos nesse idioma (LANG, 1996b). Com o tempo, a população foi “assimilando a cultura nacional, quando se passou a perder diversos elementos da identidade cultural”, e isso afetou o hábito de se falar em alemão, as festas comunitárias, como os *kerbs*, e os documentos e os objetos relacionados à tal etnia (LANG, 1996, p.111).

Ao se confrontar as cartas com essas informações, surge o questionamento sobre a relação do subprefeito com os imigrantes, pois o convívio entre Katzenberg e Pedro Corrêa era inconveniente, podendo se considerar a possibilidade de isso ocorrer com outros moradores do distrito. Verifica-se que a relação de parte da comunidade do distrito com o subprefeito era positiva, pois, ao longo de seu mandato (1938-1944), o mesmo foi prestigiado em homenagens à sua gestão. Em junho de 1942, com a presença de diversas autoridades, ocorreu um “banquete” agraciando Pedro Corrêa pelos seus quatro anos de mandato, e, nos discursos, o mesmo é descrito como “digno e querido” e tendo “admiração e reconhecimento” da

população⁹. Outra homenagem ocorre em 1944, no momento da saída do subprefeito de seu cargo, devido à transferência para outro distrito do município¹⁰. O bom relacionamento do subprefeito com a comunidade, conforme evidenciado nessas informações, não condizem com a relação narrada por Katzenberg.

Importante ressaltar que a população do distrito, em sua maioria, era de descendentes de alemães, e existe uma estimativa de que, na localidade, “em 1928, moravam 1300 pessoas, das quais cerca de 1000 eram de origem alemã” (CULMANN, 1992, p. 243). Já a população total do município de São Leopoldo, conforme Censo de 1940¹¹, era de 52.049 habitantes, constituindo-se a maioria de brasileiros natos. Ao total, 180 munícipes naturalizados, desses, 105 alemães, e, entre os 684 declarados estrangeiros, somavam-se, 418 alemães. Já no estado do Rio Grande do Sul, a população total era de 2.801.125, entre eles 89.767 estrangeiros. Cerca de 10% (281.027 pessoas) da população declarou não falar corretamente ou habitualmente o idioma português, sejam brasileiros ou estrangeiros. O número entre a população de estrangeiros (89.767) que declararam não falar habitualmente português foi de 22.278 habitantes. Esses dados demonstram que parte da população, entre eles, Katzenberg, foi afetada pela nacionalização, principalmente, ao impedir a comunicação em alemão.

Todas as nacionalidades de imigrantes foram afetadas pela nacionalização, sejam eles judeus, poloneses, russo, italianos, alemães, entre outras, mas três grupos populacionais (alemães, italianos e japoneses) eram “considerados mais perigosos para a nacionalidade brasileira”. E “os alemães e descendentes estiveram em primeiro lugar” (GERTZ, 2005, p. 146) na periculosidade e sofreram maiores interferências. Deve ser considerado que a nacionalização, conforme Gertz (2005), ocorreu de forma e de intensidade variada no país.

Outro fator a ser ponderado é o contexto da Segunda Guerra Mundial. O Brasil, após um período de neutralidade, entra na guerra contra o Eixo (Alemanha, Itália e Japão), pois embarcações brasileiras foram afundadas, em 1942, por submarinos alemães. Em decorrência a esses fatos, ocorreram manifestações, muitas delas com violência, contra a população de imigrantes germânicos e italianos. Além da perseguição, diversos estabelecimentos e patrimônios que possuíam ligação com a cultura teuto-brasileira ou com os imigrantes de origem dos países do Eixo foram alvo de vandalismo. Em São Leopoldo, o Monumento ao Imigrante “foi depredado, em protesto ao bombardeio da Alemanha ao navio brasileiro” (WEBER, 2004, p. 116). Ocorreram ainda outras depredações a estabelecimentos associados à nacionalidade alemã, como nas lojas Renner e Guaspari, e no Colégio Farroupilha, na capital gaúcha (KÜHN, 2011).

Entre os efeitos da guerra, também há a mudança de conduta da Polícia Civil, que procurou identificar a quantidade e a nacionalidade de estrangeiros em solo brasileiro e, dessa forma, fiscalizar e investigar os imigrantes (SCHWARTZMAN, 1983). Os indivíduos identificados que “nos atraíam” foram levados à justiça e “lhes impuseram punições restritivas de liberdade [...] outros [...] foram passíveis de processo de expulsão do território nacional” (SCHWARTZMAN, 1983, p. 115).

Durante o período da Segunda Guerra Mundial, também ocorreu o uso de propaganda contra os países do Eixo e de sua ideologia, e, nos vários veículos de comunicação, havia divulgação de diversos temas de propaganda norte-americana que “tinha um propósito: afastar a influência alemã e italiana exercida pelas comunidades imigrantes ou por simples simpatizantes dos países do Eixo, suspeitos de formar uma quinta coluna no país” (CPDOC, 1997). A propaganda também “apresentava a população de descendência germânica no país como perigo para a segurança do continente” (GERTZ, 1987, p.13), o que pode ter influenciado na imagem formada dos imigrantes e de seus descendentes no período.

Essas situações de maior vigilância aos imigrantes ocorrem também com o morador Katzenberg, de São Leopoldo. Dois anos depois da primeira carta, em 1943, percebe-se que a condição dele piorou, pois se encontrava preso. Na descrição da carta, fica novamente explícito o envolvimento do subprefeito e o pedido, ao prefeito, de uma solução.

Perigo à segurança do país: um súdito do Eixo em Campo Bom

Prezado senhor e amigo. Perdoa-me Cel. Theodomiro que lhe venha importunar com um assunto totalmente alheio aos seus múltiplos afazeres. Sei, porém, do seu coração generoso e justiceiro e, por isso, venho rogar-lhe a sua valiosa interferência [...] (FISCHER, 1943).

Dessa maneira, inicia a correspondência enviada dois anos depois da primeira, datada de 3 de agosto de 1943, enviada por Arthur Fischer, o qual assinava como advogado, dirigindo-se ao Coronel Theodomiro Porto da Fonseca, Nela, solicitava a intervenção do prefeito e “amigo” a favor de Katzenberg, que se encontrava preso da delegacia de São Leopoldo. Na carta, relata a situação difícil em que o morador de Campo Bom se encontrava, por estar detido sob vigilância da polícia. Ainda, o advogado relata que defendeu Katzenberg em outras ações, vencidas por ele. Nisso, justifica as razões para estar atuando em sua defesa, mas também por ser uma solicitação da esposa do seu cliente:

[...]venho rogar-lhe a sua valiosa interferência junto a autoridade policial daí, a favor de um cidadão que se acha retido da Delegacia de Polícia aí, Snr. Henrique Katzenberg, de Campo Bom. [...] Segundo me consta deve haver contra ele a antipatia do sub-prefeito de Campo Bom, inimigo dele e que, talvez, se aproveitando de algum descuido do velho, para encaminhar à Delegacia. [...] Ele tem sido meu cliente em

algumas ações, que foram vencidas por ele [...] Também é associado da minha organização cooperativa e por essa razão e porque a mulher dele me tenha pedido [...] (FISCHER, 1943).

Reitera a perseguição pelo subprefeito e também reforça informações importantes, como o fato de Katzenberg não saber falar português, isso porque chegou ao país já adulto, estando, naquele momento, com mais de 70 anos. Da mesma forma, cita que seu cliente é produtor de vinho de laranja e é associado da cooperativa União Popular do Rio Grande do Sul. O próprio advogado, que atuava em Porto Alegre/RS, também assinava como vice-presidente da União Popular. Inclusive participou, como um dos “convidados especiais”, em 1941, junto com outros membros da organização, de uma festividade em comemoração ao dia do colono (25 de Julho), ocorrida em São Leopoldo, no prédio histórico da Feitoria Velha, local de permanência temporária dos primeiros imigrantes alemães¹².

Vale ressaltar que essa cooperativa tinha grande caráter étnico. Foi criada em fevereiro de 1912, tinha o alemão como língua oficial e era ligada à religião católica. Durante o Estado Novo, que foi considerado por Arthur Rambo (2012, p. 101), um “período de ‘chumbo’ imposto à Sociedade União Popular”, a Campanha de Nacionalização e a Segunda Guerra Mundial “interferiram radicalmente” nas atividades da instituição. A proibição do uso do alemão, que era um dos “instrumentos essenciais do seu funcionamento” inviabilizavam “os dois meios de comunicação e intercomunicação, essências para a época”, os encontros dos associados e as publicações da instituição (RAMBO, 2012, p. 168-169).

Além de membro dessa instituição, nas cartas, encontram-se outras informações sobre Katzenberg. A descrição feita sobre ele chama a atenção, ao ser identificado como súdito do Eixo, alusão à nacionalidade alemã, porém, o advogado garante que não há perigo para a segurança do país, conforme trecho da correspondência:

Trata-se de um velho súdito do eixo, domiciliando há muitos anos em Campo Bom [...] Ele não fala português, porque entrou no país já homem feito e hoje deve ter mais de 70 anos [...] Posso assegurar que o velho é um cidadão inofensivo e incapaz de ações que venham por em perigo a segurança do país (FISCHER, 1943).

Ao finalizar a carta, ele enfatiza a solicitação inicial e preza pela inocência de seu cliente:

[...] tomo a liberdade de solicitar os bons ofícios do prezado amigo junto ao Sr. Delegado, no sentido de soltar o velho, sempre que não existam razões graves e justificadas que determinam a sua detenção (FISCHER, 1943).

O prefeito de São Leopoldo, Theodomiro Porto da Fonseca, responde, em 27 de setembro de 1943, ao advogado Arthur Fischer, sobre seu pedido de intervenção para libertar Katzenberg:

Damos, em nosso poder, a carta do distinto amigo, a propósito do Sr. Katzenberger, em favor de quem solicita nossa especial atenção, em face de ocorrências em que o mesmo esteve envolvido recentemente e que determinou providências da polícia local (FONSECA, 1943).

Na correspondência, o prefeito expressou-se de forma educada e polida, demonstrando apreço. Relata que, quem apresentou a acusação, foi um sargento da Guarnição Federal o qual identificou Katzenberg ao falar alemão. Cita, ainda, que Katzenberg mencionou o nome do subprefeito, o qual teria lhe autorizado a falar alemão. Isso causou uma situação difícil para as autoridades municipais frente às autoridades federais. Essas poderiam julgar haver complacência do governo local com relação à população alemã. É possível verificar essa posição perante as frases abaixo retiradas da resposta do prefeito:

[...] o aludido cidadão não foi molestado pelo Sr. Subprefeito de Campo Bom [...] A representação contra ele foi realizada por um sargento da Guarnição Federal [...] Informando, ao Sr. Comandante da Guarnição, que a mencionada autoridade municipal era quem havia permitido o Sr. Katzenberger falar alemão, em seu lar e em seu estabelecimento comercial, o que não exprimia a verdade (FONSECA, 1943).

O prefeito trata com muita consideração o advogado, mas, indiretamente, diz que não pode fazer nada em relação ao caso apresentado, pois há um agravante. Katzenberg procurou envolver o subprefeito, na tentativa de se eximir da culpa perante a Guarnição Federal. Assim, o prefeito procura isentar o funcionário e reitera que o subprefeito atua conforme a competência que lhe cabe:

Podemos assegurar ao prezado amigo que as autoridades municipais têm instruções para agir sempre com elevação, afim de evitar arbitrariedades ou medidas que não condizem com o seu cargo (FONSECA, 1943).

As cartas revelam as circunstâncias envolvidas no caso do imigrante, mas não trazem informações sobre o desfecho desse quadro. Entretanto, outra fonte identifica que Katzenberg, no ano de 1944, não estava mais preso, pois, em 24 de outubro, estava participando de uma exposição de produtos devido à visita do interventor federal, Ten. Cel. Ernesto Dorneles, a Campo Bom¹³.

O Brasil, em 1942, já estava em guerra contra a Alemanha, e o clima de hostilidade com os imigrantes, principalmente de origem dos países do Eixo, ficou mais acirrado. Tal rigor se evidencia com a prisão do imigrante alemão, Henrique Katzenberg, em 1943, mencionada na carta. Lembrando que ele foi, em 1941, preso pelo menos duas vezes, antes mesmo desse contexto de maior repressão aos imigrantes, ao ser acusado de ofender o país, mas, em 1943, foi encaminhado para Porto Alegre. Nas cartas enviadas pelo imigrante e por seu advogado fica explícito os motivos das detenções. A ofensa referida na primeira carta ocorre pelo fato de Katzenberg ter falado o alemão, e, na segunda carta, é citado um “descuido”, também indicando

que poderia ser que o mesmo estava infringindo a lei de proibição de idioma estrangeiro. Apenas com resposta da carta enviada pelo prefeito ao advogado, pode-se identificar a confirmação que Katzenberg foi detido por estar falando o alemão.

Seyferth (1999) indica que, com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, a repressão da língua estrangeira atinge o espaço doméstico onde, até então, era permitido. Isso gera uma série de medidas que foram adotadas contra a população considerada perigosa, entre elas, a obrigatoriedade de salvo conduto para viajar, a apropriação de documentação e publicações e, “eventualmente, prisão ou imposição doutrinária àqueles que não se expressavam em português” (SEYFERTH, 1999, p.224).

Nesse contexto, temos a prisão de Katzenberg a qual ocorreu pelo uso da língua alemã, conforme consta na carta do Prefeito em resposta ao advogado. Assim, esclarece-se o motivo da prisão. Conforme consta na carta, o flagrante foi identificado por um sargento da Guarnição Federal. No ato da detenção, Katzenberg teria invocado uma permissão que lhe fora dada pelo subprefeito para falar o idioma em seu domicílio, o que foi colocado como inverdade pelo Prefeito.

Discórdia entre vizinhos e/ou aversão à nacionalidade alemã

Além da repressão oficial, os espaços de sociabilidade, incluindo o doméstico, tiveram episódios de repressão, principalmente devido ao medo da espionagem. Diante da nacionalização, sobretudo após 1942, essa situação se agrava, pois todos os imigrantes eram considerados possíveis traidores do Brasil, gerando vigilância entre vizinhos e, assim, delações de civis (ZANINI, 2006). No caso de Katzenberg, a situação de repressão também pode ter envolvido questões pessoais, já que delatavam indivíduos que não apresentavam indícios verdadeiros de deslealdade com a Pátria brasileira. Assim, puniam por algum tipo de discórdia entre si, por inimizade ou mesmo por ressentimento pela ascensão social. Nesse sentido, conforme informações encontradas sobre Katzenberg, acredita-se que o mesmo possuía alguma importância em sua comunidade e ainda ascensão social.

Em 1º de dezembro de 1932, constituiu uma sociedade industrial e comercial com Gustavo Foerster, com sede em Campo Bom, para fabricar vinhos naturais de frutas, como abacaxi, laranja e bergamota. Foerster era professor de uma escola no mesmo distrito, mantida pela Comunidade Evangélica. A empresa levava o nome social de *Katzenberg & Foerster*, mas os produtos possuíam a marca denominada *Ouro do Sul*. Na inauguração, estiveram presentes o prefeito Theodomiro Porto, demais autoridades do distrito, comerciantes e população em geral. Entretanto, em 1933, ocorreu um processo para a dissolução da empresa¹⁴. Apesar disso, o

nome da empresa, Almanach Laemmert, consta em um guia de fornecedores de 1940, na categoria *Vinhos*, do município de São Leopoldo, demonstrando a continuidade do negócio.

Em 1936, Katzenberg participou de uma comissão, eleita pela comunidade, para a construção do templo, escola e casa pastoral da Comunidade Luterana da Paz, no distrito¹⁵. Ele continuou participando dessa comunidade, sendo que, em dezembro de 1947, doou dois sinos para a igreja¹⁶. Através dessas informações, percebe-se que esse imigrante obteve progresso e reconhecimento em sua comunidade. Isso poderia ter motivado algum conflito ou, até mesmo, inveja de algum morador do distrito, e causado as perseguições, aproveitando-se do fato de ele não falar português, o que, muitas vezes, impossibilitava a sua autodefesa, como também a obtenção de alguma vantagem sobre ele.

Ponderando todos esses fatos, fica a dúvida do que motivou as hostilidades sofridas por Katzenberg. Se o motivo foi porque era bem visto em sua comunidade religiosa da qual participou de uma comissão da entidade, e, inclusive, doou os sinos; se o fato de ser alemão e, dentro desse contexto, ser mais significativo e isso gerou a inimizade da população, mesmo a grande maioria sendo descendentes de alemães; ou, realmente, aproveitando o contexto nacional e internacional, algum desafeto se aproveitou das circunstâncias para criar a situação. Com as cartas e os documentos disponíveis ainda não foi possível responder com precisão a tais incógnitas, mas é possível constatar a condição difícil em que se encontrava esse imigrante.

Assim, considerando a subjetividade presente em correspondências, o pesquisador deve ter um distanciamento do objeto para uma melhor análise e ainda ter à “constatação que as informações nelas contidas serão sempre versões individuais ou coletivamente construídas sobre determinados acontecimentos vividos pelo narrador” (MALATIAN, 2009. p. 204). Ao analisar o discurso das correspondências, deve-se considerar que eles são construídos e devem ser observados, relacionando seu aspecto individual e o contexto.

Considerações finais

Nessas cartas, é possível compreender a influência da nacionalização no cotidiano da população. Ainda, ao confrontar com outros documentos, também é possível questionar se as reações ocorrem em todo âmbito social ou devido a algum conflito pessoal. Além disso, é visível a posição das autoridades quanto as circunstâncias em que as autoridades locais (prefeito e subprefeito) e nacionais (sargento federal) buscavam cumprir o seu papel de fiscalização frente às leis que proibiam o uso do idioma alemão e, assim, ao identificar tal lei sendo infringida, buscavam fazer cumprir-se a norma.

Através das correspondências desse imigrante, é possível compreender sua inserção na sociedade, seu trabalho, as relações com as autoridades e o fato de ser alemão e não falar o idioma português. Ainda, identificar formas de repressão e de hostilidades utilizadas por populares e posição das autoridades quanto à situação. Analisar correspondências e relacioná-las com o período em que estão inseridas é uma forma de valorizar o sujeito no processo histórico. Conforme Malatian, o uso de correspondências permite o reconhecimento e enaltecimento de diversos aspectos, pois é uma “perspectiva historiográfica que leva ao florescimento da narrativa, à valorização do indivíduo, da vida privada e dos estudos sobre cultura” (MALATIAN, 2009, p. 195). Assim, foi possível ver particularidades de um contexto da história do Brasil, num cenário local, a partir da voz de um morador da comunidade.

Referências

ACERVO DOCUMENTAL DO MUSEU HISTÓRICO VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO. *Correio de São Leopoldo*. São Leopoldo, RS.

ALMANACH LAEMMERT. *Guia Geral do Brasil*. Edição de 1940. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=122074&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em: 01 jul. 2016.

CPDOC/FGV - NAVEGANDO NA HISTÓRIA. *A Era Vargas*. Propaganda de guerra. 1997. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/AGuerraNoBrasil/PropagandaDeGuerra>. Acesso em: 01 jun. 2017.

CULMANN, Helmuth. História da igreja e da escola de Campo Bom. In: SPERB, Angela Tereza (Org.). *Sal da terra: 160 anos da comunidade e escola evangélica de Campo Bom*. Canoas, RS: La Salle, 1992.

FISCHER, Arthur. *Carta a Theodomiro Porto da Fonseca*. Fundo documental Correspondências Recebidas da Prefeitura de São Leopoldo. MUSEU HISTÓRICO VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO. São Leopoldo, 1943.

FONSECA, Theodomiro Porto. *Carta a Arthur Fischer*. Fundo documental Correspondências Expedidas da Prefeitura de São Leopoldo. MUSEU HISTÓRICO VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO. São Leopoldo, 1943.

GERTZ, René E. *O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo*. Porto Alegre, RS: Mercado Aberto, 1987.

GERTZ, René E. *O perigo alemão*. Porto Alegre, RS: Ed. Universidade UFRGS, 1991.

GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo, RS: UPF, 2005.

GERTZ, René. *A guerra que ainda não terminou: população de origem alemã no Rio Grande do Sul após a Segunda Guerra Mundial*. Anais Eletrônicos do II Congresso Internacional de História Regional. Passo Fundo. 2013. Disponível em: <http://www.renegertz.com/arquivos/UPF2013.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2016.

GERTZ, René. *A Segunda Guerra Mundial nas regiões de colonização alemã do Rio Grande do Sul*. Revista Acadêmica Licenciaturas, Ivoti, v.3, n. 2, p.15-25, jul/dez. 2015.

GOMES, Angela de Castro. *Escrita de si*. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2004.

KATZENBERG, Henrique. *Carta a Theodomiro Porto da Fonseca*. Fundo documental Correspondências Recebidas da Prefeitura de São Leopoldo. MUSEU HISTÓRICO VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO. São Leopoldo, 1941.

KÜHN, Fábio. *Breve história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, RS: Leitura XXI, 2011.

LANG, Guido. *Campo Bom: história e crônica: (1826-1996)*. Campo Bom, RS: Prefeitura Municipal de Campo Bom, 1996a.

LANG, Guido. *Reminiscências da Memória comunitária de Campo Bom*. Novo Hamburgo: [s.n.], 1996b.

MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo, SP: Contexto, 2009.

OLIVEIRA, Ryan de Sousa. Etnicidade e poder: a construção da cidadania entre os colonos de origem alemã e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1824-1889). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo, RS. *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos*. São Leopoldo: Unisinos, 2007. CD-ROM.

PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/142.pdf. Acesso em: 01 mar. 2016.

RAMBO, Arthur Blasio; ARENDT, Isabel Cristina (orgs.). *COOPERAR para prosperar: a terceira via*. Porto Alegre, RS: SESCOOP, 2012.

RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL 1940. *Censo demográfico: população e habitação*. Rio de Janeiro, IBGE, 1950. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_p20_t1_rs.pdf. Acesso em: 01 jun. 2017.

SCHWARTZMAN, Simon. *Estado Novo, um auto-retrato*: [arquivo Gustavo Capanema]. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 1983.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/142.pdf. Acesso em: 01 mar. 2016.

SEYFERTH, Giralda. Identidade nacional, diferenças regionais, integração étnica e a questão imigratória no Brasil In: ZARUR, George de Cerqueira Leite (org.). *Região e nação na América Latina*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2000.

SITE NOTÍCIAS DE CAMPO BOM. *Comunidade da Paz comemora 80 anos neste sábado*. Disponível em: <http://campobomrs.blogspot.com/2016/06/comunidade-da-paz-comemora-80-anos.html>. Acesso em: 01 jul. 2016.

SITE O MUNICÍPIO DE CAMPO BOM. *A Comunidade Luterana da Paz*. Disponível em:

<http://www.campobom.net.br/comulut.htm>. Acesso em: 01 jul. 2016.

WEBER, Roswithia. *As comemorações da imigração alemã no Rio Grande do Sul: o '25 de Julho' em São Leopoldo, 1924-1949*. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2004.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. *Italianidade no Brasil Meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria – RS*. Santa Maria (RS): Ed. da UFSM, 2006.

Enviado em 27 de agosto de 2018

Aceito em 09 de maio de 2019

¹ Início da carta escrita por Henrique Katzenberg, em 29 de setembro de 1941.

² A carta é assinada por Katzenberg, porém não foi possível identificar quem redigiu a carta, visto que a mesma está em português e o remetente não domina tal idioma.

³ Conforme o artigo 16, do Decreto-Lei nº 406, 4 de Maio de 1938, a preferência era para imigrantes agricultores ou técnico de indústria rural.

⁴ A prisão ocorre em 1943, conforme carta do Prefeito de São Leopoldo ao advogado, mas acredita-se que em 1941, o mesmo também foi preso sob a acusação de falar alemão, porém ainda não foi possível confirmar.

⁵ Decreto-Lei nº 1.545, 25 de Agosto de 1939.

⁶ Fundada em 14 de novembro de 1917, esclarece sua função em seu estatuto: “O fim da associação é congregar todos os brasileiros (...), para o alto escopo de defesa da Pátria e reação a quaisquer elementos, estrangeiros ou nacionais, que tendem (...) deprimir a nacionalidade brasileira ou prejudicar seus interesses, no atual conflito que nos foi imposto pela pirataria do Governo Alemão, inimigo da Pátria (...)”.

⁷ *Correio de São Leopoldo*, São Leopoldo, 23/7/1938. Ausência que poderia parecer significativa não fosse o fato de Theodomiro não ter nem mesmo estado presente em setembro, quando seu retrato foi inaugurado no salão nobre da prefeitura local. Theodomiro estava no Rio de Janeiro.

⁸ *Correio de São Leopoldo*, São Leopoldo, 17 set. 1938.

⁹ *Correio de São Leopoldo*, São Leopoldo, 27 jun. 1942.

¹⁰ *Correio de São Leopoldo*, São Leopoldo, 02 jul. 1944.

¹¹ Recenseamento geral do Brasil de 1940, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

¹² *Correio de São Leopoldo*, São Leopoldo, 26 jul. 1941.

¹³ *Correio de São Leopoldo*, São Leopoldo, 04 nov. 1944.

¹⁴ Informações localizadas em processo referente a liquidação, dissolução e prestação de contas da sociedade *Katzenberg & Foerster*, localizado no Arquivo Público do Estado do RS – APERS, nº do processo 99 e nº do processo 201, de 1933.

¹⁵ Conforme *site* Notícias de Campo Bom, em texto sobre os 80 anos de atividades da Comunidade Luterana da Paz.

¹⁶ Conforme *site* O município de Campo Bom, em texto sobre a Comunidade Luterana da Paz.